



RAZÃO JURÍDICA NA EDUCAÇÃO DE BACHELADOS EM DIREITOS DO VIETNÃ

RAZONAMIENTO JURÍDICO EN EDUCACIÓN DE LICENCIATURA EN DERECHO EN VIETNAM

LEGAL REASONING IN BACHELOR OF LAWS EDUCATION IN VIETNAM

Vien The GIANG¹
Vo Thi My HUONG²

RESUMO: Este artigo trata das questões de prática, treinamento e formação do raciocínio jurídico na educação de bacharelado em Direito no Vietnã. A análise e comparação da prática, educação e formação do raciocínio jurídico na educação jurídica em algumas universidades do mundo e no Vietnã mostram que as atividades educacionais de bacharelado em Direito no Vietnã estão em fase de desenvolvimento em termos da quantidade das matrículas. Não tem havido nenhum programa educacional e práticas instrucionais projetadas para o raciocínio jurídico. Como consequência, o raciocínio jurídico dos estudantes ainda não se desenvolveu. No atual contexto de integração internacional, é muito necessário acrescentar o raciocínio jurídico como filosofia indispensável para concretizá-lo na estrutura dos programas educacionais de bacharelado em Direito. Esta mudança é considerada necessária para diminuir a lacuna na educação de bacharelado em Direito no Vietnã com outros países.

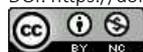
PALAVRAS-CHAVE: Raciocínio jurídico. Programa educacional. Bacharelado em Direito.

RESUMEN: *El artículo trata las cuestiones de la práctica y la formación del razonamiento jurídico en la educación de licenciatura en derecho en Vietnam. El análisis y la comparación de la práctica, la educación, la formación del razonamiento legal en la educación jurídica en algunas universidades del mundo y en Vietnam muestran que las actividades educativas de la licenciatura en derecho en Vietnam están en la etapa de desarrollo en cuanto al tamaño de inscripciones. No ha habido ningún programa educativo ni prácticas de instrucción diseñadas para el razonamiento legal. Como consecuencia, el razonamiento legal de los estudiantes aún no se ha desarrollado. En el actual contexto de integración internacional, es necesario agregar el razonamiento jurídico como filosofía para concretarlo en la estructura de programas educativos de licenciatura en Derecho. Este cambio se considera necesario para reducir la brecha en la educación de licenciatura en derecho en Vietnam con otros países.*

PALABRAS CLAVE: *Razonamiento jurídico. Programa de educación. Licenciatura en derecho.*

¹ Universidade Bancária, Faculdade de Direito Económico, Ho Chi Minh – Vietnã. Doutor. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9218-473X>. E-mail: giangvt@buh.edu.vn

² Universidade de Tecnologia e Educação da Cidade de Ho Chi Minh – Vietnã. Mestre. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1943-6827>. E-mail: huongvtm@hcmute.edu.vn



ABSTRACT: *The article deals with the issues of practice, training and formation of legal reasoning in bachelor of laws education in Vietnam. The analysis and comparison of practice, education, formation of legal reasoning in legal education at some universities in the world and in Vietnam show that Bachelor of Laws educational activities in Vietnam are in the development stage in terms of enrollment size. There has not been any education program and instructional practices designed for legal reasoning. As a consequence, learners' legal reasoning has not yet developed—a typical kind of thinking that is only obtained by those who study laws. In the current international integration context, it is very necessary to add legal reasoning as an indispensable philosophy to concretize it in the structure of bachelor of laws education programs. This change is considered necessary to narrow the gap in bachelor of laws education in Vietnam with other countries.*

KEYWORDS: *Legal reasoning. Education program. Bachelor of laws.*

Introdução

O raciocínio representa um estágio elevado do processo cognitivo, mergulha na natureza e descobre a regularidade das coisas por meio de símbolos, conceitos, julgamentos e inferências (INSTITUTE OF LINGUISTICS, 2010) que são estabelecidos para monitorar a correção das coisas inerentes, fenômenos, e visões, fornece informações adicionais, precisas e complementares para contribuir com o aperfeiçoamento do desenvolvimento do conhecimento humano (VU; NGUYEN, 2016), isso se chama como pensar um determinado problema. O raciocínio jurídico é um tipo específico, associado aos fenômenos jurídicos e abrangendo a natureza do raciocínio profissional de pessoas sistematicamente formadas em Direito, associado ao estado e à prática jurídica em aspectos teóricos e práticos da disciplina acadêmica jurídica. Em termos de raciocínio jurídico, a teoria do Estado e do Direito está associada à interpretação das teorias jurídicas como base para a formação das filosofias jurídicas. Em termos de prática, o raciocínio jurídico é uma forma de pensamento profissional, associada ao ambiente de trabalho da disciplina acadêmica jurídica, denotada na luta pela justiça e pelos interesses legítimos das pessoas. Diferentemente do raciocínio convencional, o raciocínio jurídico se concentra em questões de Direito (práticas ou legais) que são críticas, destrutivas, protetoras, previsíveis e altamente persuasivas.

Bacharel em Direito é um produto educacional de uma instituição de ensino superior com um programa de formação em Direito. O ensino de bacharel em Direito no Vietnã é voltado para a direção acadêmica e os diplomas são concedidos de maneira separada do ambiente de trabalho da disciplina acadêmica jurídica. Os professores de Direito das instituições públicas de ensino superior não podem exercer a advocacia devido à proibição de



leis especializadas, conforme artigo 17.4 (b) da Lei dos Advogados n.º 65/2006/QH11 de 29 de junho de 2006, que estipula que os atuais quadros, funcionários civis, funcionários públicos; oficiais, soldados profissionais, trabalhadores da defesa em agências e unidades do Exército Popular; oficiais, suboficiais, trabalhadores de agências e unidades da Segurança Pública Popular não recebem certificados de prática da advocacia, o que se torna uma barreira significativa para melhorar a praticidade e o raciocínio jurídico no ensino de bacharel em Direito hoje. Para que o raciocínio jurídico se torne uma filosofia ao longo da educação do bacharel em Direito no Vietnã, ele deve ser concretizado na estrutura dos programas de educação, bem como nas disciplinas, também envolver organizações jurídicas em atividades de formação para ter um equilíbrio de raciocínio jurídico, filosofia e pensamento prático da disciplina acadêmica jurídica.

Razão jurídica: fator transversal ao processo educacional do bacharel em Direito, mas inconsistente em termos de conteúdo e expressão

Debates globais sobre o conteúdo e métodos da educação jurídica que refletem as características e criam a base para que os alunos sejam integrados com confiança em um ambiente de trabalho extremamente diversificado e complexo mencionado por muitos cientistas e também são preocupações das faculdades de Direito de muitas perspectivas diferentes (STELMACH; BROZEK, 2006). Afirma-se também que pensar no papel do advogado é uma nova abordagem do raciocínio jurídico (SCHAUER, 2009). Katherine R. Kruse (2015), com base nas críticas da Fundação Carnegie em seu estudo de formação de advogados de 2007, mostrou que a instrução baseada na doutrina jurídica pura não é suficiente para os futuros advogados praticarem. Devido às flutuações econômicas, as faculdades de Direito são obrigadas a ter um olhar estratégico para garantir a matrícula dos alunos. Essa prática proporciona às faculdades de Direito dois objetivos aparentemente contraditórios de proporcionar uma formação mais prática a um maior número de alunos com custos operacionais mais baixos. Para atingir este objetivo, os programas de formação das faculdades de Direito precisam ser reestruturados para ajudar os alunos na aquisição de conhecimentos jurídicos básicos, habilidades jurídicas essenciais e valores profissionais subjacentes.

Nos Estados Unidos, o treinamento jurídico passou por uma transição de aprendizado para formação acadêmica, exigindo uma definição clara do conteúdo de prática retida e treinamento prático que tem sido aplicado na maioria das faculdades de Direito. O





treinamento de habilidades para os estudantes varia entre as instituições. A maioria das faculdades de direito está tentando introduzir habilidades profissionais jurídicas básicas como base para os alunos estudarem nos anos subsequentes. As habilidades de redação e pesquisa jurídica são tradicionais na formação jurídica. Contudo, no processo de formação, outras habilidades também precisam ser aprimoradas com base na redação jurídica, análise e habilidades de pesquisa (SILECCHIA, 1996).

A formação jurídica no Vietnã está em um período de forte transformação, quando as *barreiras* mais difíceis do antigo raciocínio jurídico soviético estão sendo removidas. Ao mesmo tempo, a integração do raciocínio jurídico através da nomeação de quadros, funcionários públicos, pesquisadores e professores para estudar em todo o mundo como uma necessidade de promover a formação e prática do raciocínio jurídico científico para acompanhar a atual integração internacional. O conflito de opiniões, ideias e métodos de formação jurídica exige que esse processo no Vietnã também atenda aos requisitos de raciocínio jurídico – um tipo específico de pensamento. Existem muitas diferenças, e é necessário treinamento para configurar ferramentas de pensamento para praticar ou prestar serviços jurídicos. Porém, identificar a natureza, os componentes, os métodos para transformar o conteúdo e os requisitos do raciocínio jurídico no programa de formação em Direito no Vietnã ainda parece bastante novo, mesmo que também seja considerado muito “primitivo, nem mesmo mencionado” (DAU, 2016, p. 168, nossa tradução). Enquanto isso, o treinamento de raciocínio jurídico nos Estados Unidos “está incluído nas escolas como disciplina obrigatória que é ministrada no primeiro ano dos estudantes de direito, com duração de 6 créditos (em dois semestres) com carga horária muito pesada” (NGUYEN, B. T., 2016, p. 133, tradução nossa).

De uma perspectiva comparativa, Nguyen Hoang Anh disse que os advogados britânicos e americanos são frequentemente ensinados na avaliação de eventos, precisam ter uma visão geral para entender completamente a questão, precisam identificar adequadamente as questões jurídicas subjacentes e chegar a conclusões do caso. a questão do *porquê* é importante na avaliação das questões jurídicas centrais do caso. Os advogados de Direito Civil costumam avaliar os eventos da seguinte forma: i) determinar se tal evento realmente existe; ii) em caso de existência, se tal evento é realmente classificado de acordo com a seção pressuposto-situação das normas jurídicas? (NGUYEN, H. A, 2016, p. 144) A partir dos resultados da comparação, Nguyen Hoang Anh conclui que o raciocínio jurídico do Direito Civil reflete a avaliação metódica e filosófica do direito prático com base em uma análise





completa das normas jurídicas práticas e esta abordagem é completamente aplicado ao pensamento e avaliação de documentos jurídicos no Vietnã (NGUYEN, H. A, 2016).

Do ponto de vista do advogado, Nguyen (2010) disse que pensar como um advogado é uma ferramenta de raciocínio, o que esse profissional pensa em sua cabeça (pensamento), para analisar os eventos a fim de conectá-los com a lei correspondente, é fazer perguntas de uma certa forma legislativa chamada lógica formal. Com base na lei, essa questão é chamada de questão jurídica e respondê-la ajuda a encontrar soluções de acordo com a lei. O raciocínio jurídico de um advogado é completamente diferente da disciplina acadêmica de direito na sala de aula. Portanto, a falha em extinguir claramente o raciocínio jurídico na sala de aula e na profissão dificulta muito o acesso e a integração dos graduados no local de trabalho, que é muito diferente da sala de aula.

Das abordagens acima ao raciocínio jurídico, mostra-se que é um tipo particular de pensamento, não só para aqueles que são basicamente formados em direito sistematicamente para obter diplomas ou certidões, mas também para todas as classes da população, evidentemente refletido em situações em que as pessoas são obrigadas a usar a lei para resolver uma situação jurídica surgida na vida real. Resolver casos relacionados a questões jurídicas é completamente diferente de lidar com eventos e fenômenos sociais baseados na moral, na ética ou nos costumes. A partir do pensamento específico acima, o raciocínio jurídico é, na verdade, como reconhecer e avaliar um evento social, fenômeno baseado no fundamento jurídico para que pessoas com tal conhecimento possam avaliar e fazer julgamentos de (como resolver) questões jurídicas, possam identificar e julgar certo ou errado, questões legais ou ilegais, direitos e obrigações legais decorrentes de cada disciplina, etc. Portanto, a formação para formar o raciocínio jurídico no ensino do direito como filosofia de formação é essencialmente dotar as pessoas das habilidades necessárias para que possam dar respostas sobre as suas próprias, bem como as soluções e juízos mais adequados para resolver as situações jurídicas decorrentes:

- 1) Eventos e casos variam muito, mas quando são avaliados, é preciso conhecer as especificidade de tais eventos e casos;
- 2) As exigências regulatórias sempre abrangem as mudanças para se adequar às realidades e necessidades dos gestores, por isso é necessário dotar os alunos de teorias básicas de aspectos jurídicos para avaliar e fazer julgamento;



- 3) Senso comum, justiça, doutrina jurídica – um complemento significativo para a limitação do direito escrito em comparação com a vida real diversa.

A educação, a formação inicial, a formação do raciocínio jurídico na filosofia da formação em direito deve ser um processo contínuo. No primeiro ano, os alunos precisam estar equipados com raciocínio jurídico fundamental como base para que apliquem leis comuns de raciocínio jurídico a outros aspectos ou à disciplina acadêmica jurídica. No entanto, ainda há muitas preocupações com a formação do raciocínio jurídico no primeiro ano (SILECCHIA, 1996). Algumas escolas usam modelos para treinar o raciocínio jurídico para os advogados (STANFORD LAW SCHOOL'S IRAQI LEGAL EDUCATION INITIATIVE; AMERICAN UNIVERSITY OF IRAQ, SULAIMANI, 2014). A educação e o treinamento de raciocínio jurídico podem ser um módulo obrigatório para os alunos ou podem ser instruções que ajudam os professores a desenvolver e ajudar os discentes a praticar seu raciocínio jurídico. Além disso, a educação, o treinamento e a formação de raciocínio jurídico é um requisito obrigatório para programas de formação especializada em direito, que é a base para distinguir os estudantes de direito dos alunos de outras disciplinas de formação. Os resultados da educação, da formação e da formação do raciocínio jurídico ajudam a formar a identidade e a reputação de cada instituição de formação em direito, o que também é um fator importante para a estratificação e hierarquização das universidades jurídicas através da qualidade da formação e, assim, se reflete no número de alunos que são empregados após a formatura.

A prática da formação jurídica em algumas escolas exige que suas atividades visem não apenas pensar como um advogado, mas também prestar serviços jurídicos aos pobres. A responsabilidade cívica exige a consideração da formação jurídica no sentido de estimular os educandos a pensar na responsabilidade da prestação de serviços jurídicos para o desenvolvimento social e econômico por meio do direito e da administração sábia (WIZNER, 1998), indicando que ocorre uma grande mudança no conceito das metas da formação jurídica. Este é realmente um grande desafio não só para as instituições de ensino superior de direito (mas, na verdade, é a hipótese de equilíbrio entre o direito de acesso à educação para a maioria e os requisitos para garantir a qualidade do ensino superior), mas também para professores e estudantes de direito.



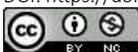
Bacharel em Direito no Vietnã: metas de matrícula, participação de mercado atrai mais atenção à razão jurídica

A educação e a concessão de diplomas de bacharel em direito no Vietnã estão sendo realizadas no modelo de formação acadêmica (PHAM, 2014). Os graduados receberão diplomas e certificados, dependendo do nível de educação. Para a advocacia especializada, associada a serviços jurídicos como assessoria jurídica, notarição, defesa, avaliador, leiloeiro, etc., os licenciados em Direito devem passar por classes profissionais ministradas em universidades por divisões de gestão especializadas. No campo do direito, essas aulas são organizadas pelo Ministério da Justiça. Se recrutados, os advogados assumirão títulos profissionais como advogado, tabelião, avaliador, leiloeiro, administrador de bens, etc. Aqueles que exercem a advocacia em órgãos estatais serão nomeados para os quadros de funcionários públicos. Comentando sobre as oportunidades de trabalho para os graduados, Pham (2014) disse que poucos trabalharão como juízes, um número mais significativo trabalhará como investigadores, promotores, advogados contenciosos, advogados consultivos. A grande maioria buscará oportunidades de emprego como oficiais jurídicos em empresas, servidores públicos em órgãos estatais, servidores públicos em organizações sociais, associações, órgãos de mídia e sociedade civil. Uma proporção crescente de graduados em direito estabelece e administra seus próprios negócios, em concorrência direta com bacharéis em economia ou administração de empresas, portanto, o ensino de direito de hoje precisa equipar os alunos com conhecimentos e habilidades para competir de forma flexível em um mercado de trabalho cada vez mais diversificado.

A partir da realidade das atividades de ensino jurídico em relação à educação, formação e fundamentação jurídica, percebemos que:

Em primeiro lugar, é o rápido aumento do número de instituições de ensino superior autorizadas para o ensino de direito que está tornando a lei das atividades desse ensino menos eficiente, e a competição para atrair alunos está se tornando mais acirrada. Como resultado, a filosofia do direito universitário não recebeu atenção adequada na aplicação de códigos no ensino de direito.

Nosso país tem três universidades oficiais de direito: Universidade de Direito de Hanoi (fundada em 1979), Universidade de Direito da Cidade de Ho Chi Minh (fundada em 1996), Universidade de Direito de Hue (fundada em março de 2015) e uma universidade chamada Universidade de Economia e Direito sob a Universidade Nacional do Vietnã, na Cidade de Ho





Chi Minh. A Faculdade de Direito da Universidade Nacional do Vietnã, Hanói, também é identificada como uma instituição independente de formação em direito de entidade legal e também está se movendo para o estabelecimento de uma Universidade de Direito diretamente sob a Universidade Nacional do Vietnã, Hanói. Além das faculdades de direito especializadas, está acontecendo uma corrida para abrir códigos de direito e direito econômico da maioria das instituições de ensino superior em todo o país, desde universidades sob o Ministério até universidades locais e universidades públicas. Por exemplo, as estatísticas mostram que o número de instituições de ensino superior que oferecem ensino de direito é superior a 90, alguns dos quais não são adequados para o ensino de direito, como a Universidade de Da Nang em Kon Tum, a Universidade de Cultura de Hanói, a Academia Banking, a Universidade de Línguas Estrangeiras e Informática da Cidade de Ho Chi Minh, etc. Atualmente, existem muitas universidades que também estão preparando documentos para se candidatar ao ensino de Direito Econômico, a fim de ganhar um pouco de espaço na disciplina acadêmica de Direito. A maioria das instituições de ensino superior, ao abrir um curso de direito, está mais interessada em garantir que sua solicitação de código(s) de educação atenda aos requisitos do Ministério da Educação e Treinamento para matrícula, em vez de prestar atenção ao aprendizado e à construção de uma filosofia de educação. No entanto, a longo prazo, o desenvolvimento descontrolado e o aumento do número de instituições de ensino superior com ensino especializado em direito levará a muitas consequências imprevisíveis na qualidade do ensino, na capacidade de encontrar empregos, na manutenção da filosofia do ensino superior em direito, etc. A razão é porque a capacidade de matricular estudantes universitários em cursos de direito está diminuindo e, portanto, para envolver os alunos, pode haver casos em que as instituições de ensino superior aceitem flexibilizar as condições de admissão, desde que os alunos estejam matriculados e os alunos possam facilmente se formar. Qualquer competição desproporcional entre a qualidade e identidade da disciplina acadêmica jurídica e as metas garantidas de matrícula e renda, etc. afetam diretamente o desenvolvimento, a proteção, a educação e a formação do raciocínio jurídico.

Em segundo lugar, apesar do aumento significativo no número de instituições de ensino superior em direito, a estrutura, os objetivos e o conteúdo dos programas de ensino jurídico no Vietnã são amplamente influenciados pelos programas de ensino de direito da Universidade de Direito de Hanói, da Universidade de Direito da Cidade de Ho Chi Minh e da Faculdade de Direito diretamente sob a Universidade Nacional do Vietnã, Hanói, mas o raciocínio jurídico como conteúdo essencial da filosofia da formação profissional do direito





não foi claramente definido. A variação estrutural dos programas educacionais está, na verdade, perseguindo as demandas do mercado (segundo os gestores educacionais). Na estrutura dos programas de formação multidisciplinar em Direito Econômico, as instituições de ensino superior procuram atribuir um número de módulos para criar postos de trabalho para o limite redundante de docentes em alguns cursos sem matrícula. Esta abordagem se desfez, até mudou a natureza do direito e, portanto, a filosofia do ensino superior em direito também ficou muito difícil de desenvolver. As causas da situação atual incluem:

- ✓ Com exceção das faculdades oficiais de direito, a disciplina acadêmica de direito em outras instituições de ensino superior é apenas uma pequena ramificação na estrutura geral de disciplinas/especialidades de formação das instituições de ensino superior, portanto, essa disciplina também deve contribuir para a realização da missão, incluindo garantir a matrícula, criar vagas para docentes em algumas faculdades de difícil matrícula, etc. Logo, os dirigentes das faculdades de direito dessas instituições de ensino superior são obrigados a aceitar as exigências de flexibilização curricular da direção da escola, mas, na verdade, a voz da liderança do corpo docente é capaz de defender os requisitos fundamentais da disciplina acadêmica jurídica.
- ✓ Como o direito é apenas uma das inúmeras disciplinas de formação das universidades, especialmente aquelas voltadas para universidades multidisciplinares ou especializadas; no processo de formação em direito, o currículo ou métodos instrucionais do ensino de direito também são mais ou menos afetados. A interação entre as disciplinas de formação por meio de professores de outras disciplinas tem a vantagem de ajudar os alunos a desenvolver mais perspectivas sobre questões jurídicas associadas a questões sociais, como economia em geral e em particular. No entanto, a mistura de perspectivas, abordagens e formas de pensar pode levar a uma perda de identidade e especificidade da disciplina acadêmica jurídica. Em outras palavras, a filosofia do ensino do direito pode ser ofuscada ou sobrepujada pela filosofia de outras instituições de formação, disciplinas/especialidades.
- ✓ Exceto para os líderes das universidades de direito, a grande maioria dos líderes universitários com formação em direito não tem conhecimento jurídico, então as perspectivas, a compreensão e os requisitos para a disciplina acadêmica de direito em sua estratégia de desenvolvimento é realmente um grande obstáculo na proteção e na



manutenção da filosofia dessa disciplina, especialmente o arranjo de módulos para ajudar a aumentar o raciocínio jurídico dos discentes.

Em terceiro lugar, a direção para a formação do raciocínio jurídico nas faculdades de direito ainda não foi determinada, embora o conteúdo e os métodos de ensino estejam passando por mudanças drásticas para romper com o pensamento do sistema jurídico socialista anterior.

A introdução de novos conteúdos e métodos instrucionais no Vietnã de países de todo o mundo acontece com a expectativa de aproximar a disciplina acadêmica de direito das tendências de outros países, bem como de vincular as atividades educacionais de direito à prática e raciocínio jurídico. Todavia, esse processo ainda é muito influenciado pelas orientações políticas, pois o direito é, afinal, apenas uma ferramenta do governo, das orientações políticas, então o ponto de vista do Estado e do partido no poder ainda é muito importante, causando impacto direto na filosofia do ensino superior, incluindo no raciocínio jurídico. Assim como a Tailândia – um país sob a influência do sistema de direito civil, as aulas se concentram no estudo de leis e documentos jurídicos práticos, em vez de julgamentos. O ensino é completamente não-socrático, o que significa que as situações da vida real associadas à aplicação do direito positivo são enfatizadas durante as discussões em grupo. O fato de que os professores também tendem a separar as aulas de acordo com o estilo de palestra e discussão (PHAM, 2011) exige que o conteúdo e os métodos dos bacharéis em educação jurídica sejam alterados para o desenvolvimento uniforme tanto do conhecimento jurídico, das habilidades da prática do direito e da ética legal entre os estudantes (PHAM, 2011).

No Vietnã, se no período anterior, o ensino superior muitas vezes formava e oferecia produtos educacionais com base no que tinha, ou seja, voltado para equipar o conhecimento acadêmico, atualmente, as instituições de ensino superior são obrigadas a fornecer produtos educacionais (recursos humanos) com base nas necessidades sociais. Isso também significa que o conteúdo dos programas de educação não apenas reflete a *qualidade acadêmica* das instituições de ensino superior, mas também transmite ou inclui habilidades necessárias para que os alunos transformem o conhecimento acadêmico em habilidades de carreira, bem como em cargos. No contexto atual, percebe-se que ao desenvolver programas de educação, cada instituição de ensino superior deseja expandir seus pontos fortes para construir um programa de educação em *larga escala* com muitos módulos *exclusivos*. Muitas instituições de ensino superior chegam a importar programas educacionais, materiais de ensino e aprendizagem das



principais instituições de ensino superior de prestígio no mundo para aplicar em sua formação de recursos humanos, mas os resultados (alunos) não atendem aos requisitos da prática profissional. Portanto, a participação das empresas no desenvolvimento de programas de educação é crítica e sugestões (mesmo na forma escrita) das unidades de conhecimento, estrutura do módulo e ordem dos módulos (relacionados aos pré-requisitos), bem como os requisitos para habilidades práticas devem ser (pelo menos e necessariamente) refletidos na estrutura dos programas de educação.

De acordo com as experiências australianas em educação jurídica, baseadas na percepção de que métodos e conceitos jurídicos só podem ser totalmente compreendidos quando se entende como aplicar tais métodos e conceitos na vida real. As faculdades de direito se concentram em fornecer conhecimento teórico de jurisprudência, conhecimento prático e habilidades práticas e, ao mesmo tempo, criar um relacionamento próximo e íntimo entre professores e profissionais de direito é particularmente enfatizado nesses espaços. As habilidades necessárias para os alunos incluem habilidades de análise jurídica, como a análise regulatória e a análise de jurisprudência; e as habilidades de raciocínio jurídico – essenciais para advogados e habilidades de apresentação (NGUYEN, 2012).

Razão jurídica se tornando uma filosofia indispensável ao Bacharel em Direito no Vietnã

A disciplina acadêmica de direito vietnamita está em processo sistemático de repensar, especialmente depois que a ideologia, as abordagens e a educação dos bacharéis em direito nos países sob o antigo sistema socialista revelaram muitas limitações. No contexto do espaço aberto, mais uma enorme fonte de dados da ciência jurídica, cada palestrante e aluno pode obter imediatamente recursos para comparar os argumentos oficialmente introduzidos e divulgados no Vietnã. Pensamentos e visões que não são adequados para a vida social atual não terão base para a existência. Nas atuais instituições de ensino superior do nosso país, os argumentos entre inovação via aquisição e quintessência jurídica têm se resumido e passado pela tradição em todo o mundo com o pensamento permanente de proteger opiniões ultrapassadas. Nesse contexto, uma série de estudos exige a reforma das atividades pedagógicas jurídicas no sentido de desenvolver o raciocínio jurídico para os educandos, mas, na verdade, tornando as atividades mais vinculadas à vida social. Não é mais adequado tentar manter diferenças de raciocínio jurídico e científico no contexto da globalização, quando as transações comerciais expandiram o espaço (na economia digital) com uma infinidade de

acordos comerciais bilaterais, regionais e globais. A educação jurídica deve ser um processo de formação de raciocínio jurídico comum em todos os países e territórios. Fatores culturais, tradições, padrões de pensamento e formas de pensar só devem ser reconhecidos como características que podem afetar diretamente a formação do bacharel em direito, significando inovação do ensino do bacharel em direito baseado em fatos e no direito, ou seja, respondendo à pergunta: Como esta regra se aplica neste caso? (NGUYEN, 2010, p. 38).

Um dos fatores decisivos na educação e na formação do raciocínio jurídico é facilitar que os alunos tenham experiência jurídica por meio de formas de treinamento de julgamentos simulados, educação jurídica clínica (NEW YORK STATE JUDICIAL INSTITUTE, 2005) atualmente tendo muitas influências na educação jurídica em Vietnã através da criação de escritórios de advocacia para que os alunos tenham a oportunidade de interagir com questões jurídicas práticas, como direito comunitário, consulta jurídica, julgamentos simulados (TRAN, 2014), etc. o que pode ajudar os alunos a detectar problemas jurídicos e levantar questões jurídicas relacionadas a fatos e eventos que ocorreram com base em regulamentos legais. Uma questão jurídica geralmente contém três elementos: i) Uma referência a (ou indicação de) uma lei aplicável que responde às questões levantadas; ii) Questões jurídicas associadas aos fatos de um processo; e iii) Eventos juridicamente significativos, que são aqueles que levantam questões legais e afetam os resultados (NGUYEN, 2010).

Tentativas de simular a prática da advocacia podem ser vistas como uma tendência de vincular a formação à prática na área jurídica. Em um nível superior, se permitido, o modelo de formação de doutores pode ser aplicado às atividades de formação jurídica. Essa atividade só pode ser realizada se o ensino legal estiver vinculado ao ensino jurídico como o modelo de alguns países. No entanto, no contexto do ambiente jurídico vietnamita, a separação entre as atividades profissionais dos docentes é o maior obstáculo nas instituições de ensino superior com formação jurídica, pois não estão exercendo diretamente de forma independente como um doutor licenciado para abrir um consultório particular. No que se refere ao modelo de formação na área jurídica, existe uma clara distinção entre a formação em licenciatura (realizada por instituições de ensino superior) e a formação em licenciatura como condição para a obtenção de um diploma de advogado ou para a realização dos procedimentos necessários ao reconhecimento e atribuição de um diploma. certificado de prática (realizado pela Academia Judicial). Além disso, a tendência de autoformação de recursos humanos para o Tribunal Popular (através da Academia do Tribunal), a Procuradoria Popular (através da Universidade de Procuradoria) e, no futuro, a Federação dos Advogados do Vietnã e muitas

outras associações profissionais estão em movimento para transferir a formação prática de competências da Academia Judiciária para si próprios, dificultando cada vez mais o desenvolvimento do raciocínio jurídico nas instituições de formação.

A partir dos resultados da análise acima, gostaríamos de tirar algumas conclusões principais, como segue:

Em primeira análise, no Vietnã, o raciocínio jurídico e a formação em raciocínio jurídico ainda não são óbvios, desde os objetivos dessa educação até a estrutura do programa, bem como o conteúdo do módulo e os métodos de instrução. Portanto, segundo o autor, desenvolver uma filosofia de formação jurídica precisa partir da formação do conteúdo do raciocínio jurídico e requer expressar o raciocínio jurídico em cada campo jurídico, bem como no uso de métodos instrucionais no campo jurídico. Contudo, esta é “uma grande lacuna na prática jurídica porque é uma questão muito grande, mas é difícil encontrar uma resposta completa no processo de estudo e pesquisa das escolas e institutos relacionados à disciplina acadêmica jurídica” (NGUYEN, D. D, 2016, p. 10, tradução nossa). A falta de fundamentação jurídica no ensino de filosofia do direito tem levado a uma falta de destaque de diferenças no raciocínio jurídico em comparação com outras ciências sociais, especialmente no contexto de pesquisa, estudo e ensino do direito na atual direção interdisciplinar e multidisciplinar. Isso exige que as instituições moldem e construam em breve o conteúdo do raciocínio jurídico como um conteúdo central, em todos os objetivos, na estrutura do programa e nos métodos de instrução nos programas de ensino jurídico.

Em segunda análise, a proliferação de graduados em direito em instituições de ensino superior não especializadas forçou todas as instituições de ensino superior policiais a enfrentar o problema de maximizar a matrícula ou diminuir seu tamanho de formação, ou a retirada da licença de formação em direito – o que aconteceu com muitos orientados para o mercado e para as indústrias (por exemplo, a economia em geral, o setor financeiro e bancário apoiado há 10 anos) com muitos cenários ou direções para abordar instituições de ensino superior não qualificadas quando o mercado está saturado:

- ✓ A tendência não é positiva, as instituições de ensino superior são obrigadas a flexibilizar todas as condições e têm que usar muitos truques para matricular os alunos. Essas instituições precisam viver antes de discutir ou falar sobre filosofias de formação, que são coisas muito luxuosas em um ambiente social baseado em graduação. Se essa situação persistir, a concessão do diploma de bacharel em direito



acarretará muitas consequências, inclusive distorções cognitivas. As instituições educacionais neste estado se concentram no crescimento do tamanho com base no princípio da visão de curto prazo e no marketing de matrículas no nível da comuna (na verdade, muitas instituições de ensino superior estão tentando ir à maioria dos distritos remotos para se matricular). Esta é uma competição de baixo nível e alerta para um colapso sistêmico, pois são os estudantes de direito que diagnosticam e curam as questões jurídicas das organizações e indivíduos da sociedade. Se os juristas estão com um pensamento distorcido, mudo, surdo, devido à formação insuficiente ou inexistente em raciocínio jurídico, isso levará a consequências imprevisíveis, mostrando que a justiça não é aplicada ou facilitando atos de atropelo à justiça, à razão e à equidade.

- ✓ Em tendência positiva, de acordo com as regras do mercado, quanto mais faculdades de direito existem, mais oportunidades para os alunos e a sociedade escolherem instituições de ensino superior respeitáveis e de qualidade, especialmente a capacidade dos alunos de encontrar empregos ou criar os seus próprios. Isso se uma instituição de ensino superior souber como desenvolver firmemente uma filosofia da educação jurídica por meio da educação e formação em métodos de pensamento para que os alunos possam lidar com flexibilidade com base em documentos legais; situações, eventos, justiça, bom senso e equidade. A essência dessa perspectiva é direcionar o processo de formação em salas de aula universitárias para o contexto em que um aluno resolva um problema para os cidadãos em que deve aplicar todo o seu conhecimento e argumentos para defender pessoas vulneráveis, ou argumentar com um juiz ou promotor para proteger o lei ou justiça. A combinação harmoniosa de conhecimento jurídico de fundo com habilidades necessárias para que os alunos possam fazer julgamentos e propor soluções independentemente de suas perspectivas e avaliação de eventos jurídicos, gerenciar, selecionar, aplicar a lei e planejar as soluções para resolver o caso acima da maneira mais benéfica para os assuntos que eles estão jogando ou representando. A experiência de carreira é a melhor maneira de treinar o raciocínio jurídico para estudantes de direito.

Com os dois planos acima, cada instituição de ensino superior com formação em direito precisa escolher seriamente uma direção de desenvolvimento, porque ela determinará o futuro próximo, bem como a carreira educacional e de formação de cada docente. Segundo o autor, devemos considerar o raciocínio jurídico como um conteúdo indispensável no ensino de

filosofia do direito. Ao mesmo tempo, também é necessário exigir que cada docente procure incorporar essa filosofia no processo de formação associado a cada conteúdo e método de ensino, para que possamos construir uma base sólida para a identidade e marca do acadêmico de Direito. Todos os apelos à ação sobre a melhoria da qualidade do ensino e do prestígio das instituições de ensino superior no mapa educacional serão anulados se nossos produtos educacionais não tiverem fundamentação legal pouco clara.

Em terceira análise, para que se tenha embasamento para a construção de conteúdo de raciocínio jurídico no ensino de filosofia do direito, segundo o autor, é necessário:

Primeiro, avaliar séria e sistematicamente o programa de ensino do direito, a fim de garantir sua consistência (em escala nacional e internacional), de modo a ter uma base para comparar, aprender e estudar o desenvolvimento e a implementação do raciocínio jurídico na filosofia do ensino do direito. A abertura no conceito de Estado e na natureza do direito é uma oportunidade real para cada instituição de formação em direito desenvolver o raciocínio jurídico na filosofia do ensino do direito.

Segundo, o conteúdo do raciocínio jurídico na filosofia do ensino do direito estabelecido na estrutura do programa de direito deve incluir:

(i) Conhecimentos jurídicos básicos, diretamente relacionados ao Estado e ao desenvolvimento do direito desde a formação do Estado. Como resultado desse conhecimento, os alunos devem responder às seguintes perguntas:

- ✓ De onde vem a lei? Qual é a racionalidade da lei?
- ✓ Quais são os critérios para avaliar um bom sistema jurídico?
- ✓ Quais são as diferenças na história da formação e desenvolvimento dos fenômenos jurídicos entre os países do mundo e as teorias típicas do Estado e do Direito? E no mundo contemporâneo, que lições os países podem aprender com o desenvolvimento histórico do Estado e do direito?
- ✓ Qual é a estrutura para o raciocínio jurídico?
- ✓ Qual é a estrutura conceitual fundamental com base na qual o estudo e a compreensão do Estado e da lei são conduzidos?
- ✓ Quais são os métodos e regras típicos de raciocínio jurídico?

Que habilidades são necessárias para estudar direito (conteúdo essencial para alunos do primeiro ano)?



(ii) Conhecimento especializado jurídico é bastante diversificado e deve ser compatível com instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras para reconhecimento e intercâmbio de estudantes. Isso é muito importante na globalização do ensino superior, porque a falha em identificar consistentemente os nomes dos cursos fará com que os alunos fiquem confusos no novo ambiente educacional (especialmente no exterior). Portanto, é necessário rever os nomes dos módulos, e também determinar o conteúdo da fundamentação jurídica em cada módulo. Os alunos devem ter oportunidades de aplicar a estrutura de raciocínio jurídico, assim como as habilidades necessárias para aplicar o ensino de direito de forma flexível e vívida em cada módulo. Portanto, o conteúdo do raciocínio jurídico na disciplina acadêmica jurídica é formado naturalmente e, como resultado, a filosofia do ensino do direito é vivida.

(iii) Competências essenciais para o raciocínio jurídico. Essa é a questão mais difícil, porque nós – as gerações que são formadas academicamente – não estamos ligados ao raciocínio jurídico (exceto para aqueles que são formados no exterior em diferentes níveis). Ao mesmo tempo, a atual estrutura legal vietnamita *bloqueou* todas as oportunidades de exercer a advocacia como *juristas* em escritórios de advocacia e empresas de professores de direito (exceto professores de universidades não públicas). Portanto, o raciocínio jurídico obtido pelos docentes é majoritariamente acadêmico e pouco acumulado ao longo de sua carreira docente com consulta ou representação de organizações e indivíduos. Esses pensamentos às vezes não são realmente precisos porque a perspectiva é sempre direcionada para os *padrões dos professores*. O desenvolvimento de recursos práticos para professores, a fim de cobrir essa deficiência do corpo docente acadêmico, é a solução ideal, pois garante vincular a formação à prática e conectar as instituições de ensino superior às empresas como uma ponte entre a formação e o mercado de trabalho e as oportunidades de carreira para os alunos.

Em quarta análise, organizar conferências nacionais sobre ensino, treinamento e formação de raciocínio jurídico como base para unificar o conteúdo e os métodos de implementação do raciocínio jurídico em programas de ensino de direito. Esta é uma solução transparente que precisa ser implementada rapidamente, pois no contexto do ensino do direito em termos de escala (ou seja, com foco apenas na matrícula), a unificação do raciocínio jurídico na educação é considerada uma orientação de longo prazo, como base para ranking das instituições de ensino superior na área de raciocínio jurídico. Em outras palavras, a orientação da formação de raciocínio jurídico na disciplina de direito é a preparação para o

desenvolvimento de longo prazo da disciplina acadêmica de direito quando o mercado entra na fase de saturação em todos os sistemas de formação.

Considerações finais

O raciocínio jurídico, fator que distingue a formação de bacharel em direito e a formação de bacharel em outras áreas da ciência, é uma base importante para que os alunos participem ativamente da criação e da proteção da justiça. Garantir um equilíbrio entre o raciocínio jurídico teórico e o raciocínio jurídico profissional torna-se um requisito para alterar e complementar os programas de educação. Além disso, criar conexões e envolver organizações de advocacia no desenvolvimento de programas e atividades de formação ajudará os alunos a se formar e a se diferenciar com o raciocínio jurídico teórico. O processo de formação desse raciocínio nos cursos de bacharel em direito é também o processo de fazer a diferença e se aproximar gradualmente do padrão de formação do bacharel em direito de acordo com a tendência geral das instituições de ensino superior no mundo.

REFERÊNCIAS

DAU, C. H. Some basic issues of legal reasoning. *In*: NGUYEN, H. A.; VU, C. G.; NGUYEN, M. T. (eds.). **Legal reasoning: Theory and practice**. Hanoi: Vietnam National University Publishing House, 2016.

SCHAUER, F. **Thinking Like a Lawyer: A New Introduction to Legal Reasoning**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

INSTITUTE OF LINGUISTICS. **Vietnamese Dictionary**. Hanoi: Literally Encyclopedic Dictionary Publishing House, 2010.

STELMACH, J.; BROZEK, B. **Methods of Legal Reasoning**. New York: Springer, 2006.

KRUSE, K. R. Legal Education and Professional Skills: Myths and Misconceptions About Theory and Practice. **McGeorge Law Review**, Sacramento, v. 45, n. 1, p. 8, 2013. Disponível em: <https://scholarlycommons.pacific.edu/mlr/vol45/iss1/2/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SILECCHIA, L. A. Legal Skills Training in the First Year of Law School: Research? Writing? Analysis? Or More? **Dickinson Law Review**, v. 100:2, p. 245-301, 1996. Disponível em: <https://scholarship.law.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1268&context=scholar>. Acesso em: 16 dez. 2021.

NEW YORK STATE JUDICIAL INSTITUTE. **Introduction to Clinical Legal Education**. New York: New York State Judicial Institute, 2005. Disponível em:



<https://www.nycourts.gov/ip/partnersinjustice/Clinical-Legal-Education.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

NGUYEN, B. T. Legal reasoning in legal advice and litigation of American lawyers and suggestions for Vietnam. *In*: NGUYEN, H. A.; VU, C. G.; NGUYEN, M. T. (eds.). **Legal reasoning: Theory and practice**. Hanoi: Vietnam National University Publishing House, 2016.

NGUYEN, D. D. Legal reasoning is about the rights of stakeholders. *In*: NGUYEN, H. A.; VU, C. G.; NGUYEN, M. T. (eds.). **Legal reasoning: Theory and practice**. Hanoi: Vietnam National University Publishing House, 2016.

NGUYEN, H. A. Thinking in law application – reflection from a legal case. *In*: NGUYEN, H. A.; VU, C. G.; NGUYEN, M. T. (eds.). **Legal reasoning: Theory and practice**. Hanoi: Vietnam National University Publishing House, 2016.

NGUYEN, N. B. **The talent of a lawyer, a manual of those who want to become a lawyer**. Ho Chi Minh: Youth Publishing House, 2010.

NGUYEN, V. Q. Law education at law schools in Australia: Some analysis and experiences for law education in Vietnam in the context of integration. **Jurisprudence Journal**, v. 11, 2011.

PHAM, D. N. **Methods of studying jurisprudence**. Hanoi: Public Security Publishing House, 2014.

PHAM, H. Q. Legal education in Thailand and some experiences in Vietnam. **Jurisprudence Journal**, v. 5, 2011.

STANFORD LAW SCHOOL'S IRAQI LEGAL EDUCATION INITIATIVE (ILEI); AMERICAN UNIVERSITY OF IRAQ, SULAIMANI (AUIS). **Forms of Legal Reasoning**. Stanford: ILEI; AUIS, 2014. Disponível em: <https://law.stanford.edu/wp-content/uploads/2018/04/ILEI-Forms-of-Legal-Reasoning-2014.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

TRAN, V. D. **Legal education through mock trials, a handbook for law lecturers and students**. Ho Chi Minh: Vietnam National University Ho Chi Minh City Publishing House, 2014.

VU, C. G.; NGUYEN, P. H. Critical thinking and the legal academic discipline. *In*: NGUYEN, H. A.; VU, C. G.; NGUYEN, M. T. (eds.). **Legal reasoning: Theory and practice**. Hanoi: Vietnam National University Publishing House, 2016.

WIZNER, S. Is Learning To “Think Like a Lawyer” Enough? **Yale Law & Policy Review**, New Haven, v. 17:583, 1998. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.vn/&httpsredir=1&article=1369&context=yldr>. Acesso em: 16 dez. 2021.



Como referenciar este artigo

GIANG, V.T., AND MY HUONG, V.T. Razão jurídica na educação de bacharelados em Direito do Vietnã. **Nuances Est. Sobre Educ.**, Presidente Prudente, v. 32, e021010, jan./dez. 2021. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v32i00.9122>
<https://doi.org/10.32930/nuances.v32i00.9123>

Submetido em: 10/09/2021

Revisões requeridas em: 10/10/2021

Aprovado em: 13/11/2021

Publicado em: 28/12/2021

